



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação

DIRETRIZES OPERACIONAIS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

2 0 2 6

Cefope
Centro de Formação dos
Profissionais da Educação
do Espírito Santo



FICHA TÉCNICA

AUTORES

Bruno Lopes Tomaz
Elimar Ponzzo Dutra Leal
Karina Garcia Alves Zago
Kledina Goncalves do Nascimento
Luciana Nascimento Rodrigues
Tatiana Bonomo de Souza

REVISÃO DE TEXTO

Carine dos Santos Nascimento

DIAGRAMAÇÃO

Ana Beatriz Lima da Silva

EXPEDIENTE

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ricardo Ferraço

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Vitor Amorim de Angelo

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

André Melotti Rocha

SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

Andréa Guzzo Pereira

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE SUPORTE À EDUCAÇÃO

Vinicius José Simões

SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO EDUCACIONAL

Darcila Aparecida da Silva Castro

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Mirella Carla Mendes Christ

ASSESSORA PEDAGÓGICA DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Jocilene Gadioli de Oliveira

GERENTE DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Karina Garcia Alves Zago

GERENTES DE ESTUDOS, PESQUISA, QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Elimar Ponzzo Dutra Leal

Karoliny Mendes da Costa

SUMÁRIO

- 05 APRESENTAÇÃO**
- 06 ASPECTOS PEDAGÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS**
- 09 PRINCÍPIOS NORTEADORES**
- 10 OBJETIVOS DAS OFERTAS FORMATIVAS 2026**
- 12 ORGANIZAÇÃO DOS BLOCOS FORMATIVOS NO SISTEMA DE GESTÃO DA FORMAÇÃO (SGF)**
 - 12 Trilha de Desenvolvimento Profissional (TDP): Formação Contínua e Estruturada**
 - 14 Trilha de Desenvolvimento Profissional Docente (TDPD)**
 - 17 Trilha de Desenvolvimento Profissional da Recomposição das Aprendizagens (TDPRA)**
 - 19 Trilha de Desenvolvimento Profissional para Gestores (Diretor, CP e CASF)**
 - 21 Trilha de Desenvolvimento Profissional para Pedagogos**
 - 23 Formações para Políticas Educacionais (FPE)**
 - 24 Formações na modalidade MOOC**
- 25 AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO**
- 26 DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 27 REFERÊNCIAS**



APRESENTAÇÃO

Caro(a) colega servidor(a):

Sabemos que a formação e a valorização dos profissionais da educação são princípios assegurados pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Na rede estadual de educação do Espírito Santo, esse compromisso se concretiza por meio de iniciativas, das quais destacamos: a criação do Centro de Formação dos Profissionais da Educação (Cefope), o Pacto pela Aprendizagem, a garantia dos direitos de aprendizagem, a oferta de oportunidades aos nossos estudantes por meio de programas e projetos articulados à proposta pedagógica da rede e a Matriz de Referência para a Prática Docente. Essa política pública articula os marcos federais e estaduais, orientando ações de formação continuada que fortalecem a prática pedagógica, visando à melhoria da qualidade da educação básica.

Nessa perspectiva, a construção da oferta formativa para 2026 se deu a partir de um trabalho iniciado em 2025, que contou com a realização de uma oficina de governança, com a participação de todas as gerências e de representantes das Superintendências Regionais de Educação (SREs), além da aplicação de uma pesquisa em larga escala (Survey) com os profissionais da rede para coletar suas percepções acerca das ações de formação continuada realizadas, bem como entender as necessidades formativas evidenciadas. Contudo, esse processo não para por aqui. Ele segue ao longo de 2026 com o objetivo de entregar, ao final deste ano, novas diretrizes para a formação continuada da rede, amparada por um trabalho de reflexão e evidências, a fim de proporcionar uma política de formação continuada estratégica e alinhada com os desafios identificados. Nesse contexto, a Secretaria da Educação (Sedu), por meio do Cefope, apresenta as Diretrizes Operacionais da Formação Continuada da Rede para o ano de 2026, com o objetivo de organizar, fortalecer e orientar as ações formativas destinadas aos profissionais da educação, visando coerência, intencionalidade pedagógica e alinhamento às políticas educacionais vigentes.

O Cefope/Sedu reconhece a formação continuada como um processo permanente e essencial para o desenvolvimento profissional e o aprimoramento das práticas pedagógicas e de gestão, tendo em vista a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, convidamos você, colega servidor(a), a conhecer e cursar a oferta formativa da rede, que está organizada em **Trilhas de Desenvolvimento Profissional (TDP), Formações para Políticas Educacionais (FPE) e Formações na modalidade MOOC (Massive Open Online Courses - Cursos Online, Abertos e Massivos)**, constituindo uma estratégia que orienta e estrutura a política de formação continuada para o ano de 2026.

Desejamos um ótimo percurso formativo!

Equipe Cefope/Sedu

ASPECTOS PEDAGÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS

O Centro de Formação dos Profissionais da Educação/Secretaria da Educação (Cefope/Sedu) do Espírito Santo adota como fundamento epistemológico a compreensão de que o trabalho educativo se realiza na relação entre conhecimento sistematizado, saberes construídos na experiência e compromisso público com a emancipação humana. Nessa perspectiva, a formação continuada não deve ser reduzida a apenas cursos avulsos ou ações pontuais. Ela deve constituir-se como um processo histórico, intencional e orgânico, capaz de articular teoria e prática e fortalecer a profissionalidade docente.

Ao afirmar a centralidade do conhecimento elaborado e da intencionalidade pedagógica, reconhece-se que ensinar exige mediação consciente, domínio de fundamentos e reflexão crítica sobre o sentido social da escola, superando tanto o espontaneísmo quanto o tecnicismo na organização do trabalho pedagógico (SAVIANI, 2008). Ao mesmo tempo, assume-se a formação como práxis: ação refletida e transformadora que parte de problemas reais do cotidiano escolar, promove diálogo e leitura crítica da realidade e produz reposicionamentos éticos, políticos e pedagógicos no exercício do magistério (FREIRE, 1996). Em diálogo com essa base, compreende-se que formar profissionais da educação implica formar para a mudança e para a incerteza, favorecendo reflexão, inovação e reconstrução permanente do fazer pedagógico, com autonomia e resposta crítica aos desafios contemporâneos (IMBERNÓN, 2001).

Do ponto de vista pedagógico, compreendemos a escola como lugar privilegiado de desenvolvimento profissional, onde a aprendizagem docente se dá de forma colaborativa, por meio de acompanhamento, partilha de experiências e produção coletiva de soluções para desafios do ensino e da gestão. Assim, a formação não é “externa” ao trabalho: constitui-se no próprio fazer profissional, em processos sistemáticos de análise, planejamento, intervenção e monitoramento, fortalecendo identidade profissional, autonomia responsável e compromisso com o projeto educativo da rede (NÓVOA, 2009). Nessa mesma direção, reconhecem-se a pluralidade dos saberes docentes – disciplinares, curriculares, pedagógicos e da experiência – e a necessidade de torná-los explícitos, problematizá-los e qualificá-los com referenciais teóricos e evidências pedagógicas (TARDIF, 2002).

A docência envolve decisões em contextos complexos, demandando competências desenvolvidas em situações reais: planejar com intencionalidade, diferenciar práticas,

avaliar para regular a aprendizagem, trabalhar em equipe, gerir a sala de aula e utilizar recursos e tecnologias com sentido pedagógico (PERRENOUD, 2000). Para que esse desenvolvimento seja efetivo, a política de formação precisa estar articulada às prioridades curriculares e avaliativas da rede, sustentada por condições institucionais (tempo, acompanhamento, continuidade e coerência de percurso) e orientada por monitoramento e melhoria contínua, evitando fragmentação e descontinuidade (GATTI, 2010). Além disso, a consolidação de práticas consistentes depende de uma escola organizada como espaço de trabalho coletivo, com planejamento, coordenação pedagógica, gestão participativa e projeto pedagógico curricular como referência do cotidiano escolar (LIBÂNEO, 2004).

Por fim, assume-se a equidade e inclusão como eixos transversais, na perspectiva de que a formação deve considerar os sujeitos concretos da escola, suas desigualdades e seus territórios, de modo que currículo, avaliação, convivência e planejamento sejam orientados por justiça social e por práticas inclusivas que garantam o direito de aprender a todos (ARROYO, 2011; FREIRE, 1996). Nessa mesma perspectiva, a inovação pedagógica é compreendida de forma ampliada, envolvendo experiências de aprendizagem mais significativas, com integração da cultura digital, metodologias ativas e mediações coerentes com o projeto formativo da rede (MORAN, 2012). Em síntese, essas diretrizes operacionais da oferta formativa de 2026 afirmam a formação continuada como política pública estruturante, ancorada na realidade das escolas e orientada por fundamentos teóricos consistentes, visando qualificar o trabalho pedagógico e fortalecer o direito de aprender de todos os estudantes.

A formação continuada dos profissionais da educação da rede fundamenta-se nos seguintes pressupostos:

- desenvolvimento profissional ao longo de toda a trajetória na carreira;
- articulação permanente entre teoria e prática;
- centralidade nos desafios reais vivenciados nos contextos escolar e institucional;
- protagonismo do profissional da educação em seu próprio percurso formativo;
- valorização da colaboração, da reflexão e da aprendizagem entre pares;
- uso intencional e pedagógico das tecnologias educacionais;
- alinhamento às diretrizes e marcos normativos nacionais, às normativas estaduais e às políticas e programas da Secretaria da Educação, considerando as especificidades do território e das escolas.

Esses pressupostos orientam a concepção de formação continuada da rede como um processo permanente, integrado à trajetória profissional e às necessidades concretas do cotidiano escolar. Parte-se da articulação entre teoria e prática, valorizando o protagonismo do profissional da educação na construção do próprio percurso, com foco em desafios reais e em soluções contextualizadas.

Nesse movimento, a colaboração, a reflexão e a aprendizagem entre pares fortalecem a dimensão coletiva do trabalho pedagógico, enquanto o uso intencional de tecnologias amplia possibilidades de ensino, acompanhamento e inovação. Por fim, a formação se organiza em alinhamento às diretrizes curriculares e aos programas e políticas da Secretaria da Educação, buscando coerência com as prioridades formativas e com o projeto educacional da rede.

A fim de refletir esses aspectos pedagógicos e epistemológicos aqui apresentados, a oferta formativa de 2026 será composta por três modalidades de oferta formativa: trilhas, Formações para Políticas Educacionais (FPE) e MOOC (Massive Open Online Courses – Cursos Online, Abertos e Massivos). Essa estrutura reflete os pressupostos aqui listados e tem como objetivo oferecer um itinerário formativo condizente com os desafios e contexto da rede. Portanto, a formação continuada não se limita à oferta de cursos isolados. Ela se organiza em percursos formativos estruturados, que possibilitam progressão, aprofundamento e aplicação prática dos conhecimentos construídos no cotidiano profissional.

PRINCÍPIOS NORTEADORES

As Trilhas Formativas, as Formações para Políticas Educacionais (FPE) e as formações na modalidade MOOC orientam-se pelos seguintes princípios:

- I. Equidade de acesso à formação;
- II. Flexibilidade de tempo, espaço e percurso;
- III. Coerência entre formação, prática profissional e políticas educacionais;
- IV. Intencionalidade pedagógica;
- V. Desenvolvimento de competências profissionais;
- VI. Inovação pedagógica e uso qualificado das tecnologias;
- VII. Avaliação formativa e melhoria contínua da prática pedagógica.

Ao combinar equidade de acesso, flexibilidade e coerência com a prática profissional e as políticas educacionais, busca-se oferecer experiências formativas contextualizadas e relevantes. A intencionalidade pedagógica e o desenvolvimento de competências qualificam o planejamento e a condução das ações, enquanto a inovação e o uso pedagógico das tecnologias ampliam possibilidades de aprendizagem. Por fim, a avaliação formativa e a perspectiva de melhoria contínua fortalecem o acompanhamento do percurso e o aprimoramento permanente das formações.

OBJETIVOS DAS OFERTAS FORMATIVAS 2026

OBJETIVO GERAL

Consolidar ações articuladas de formação continuada, por meio de trilhas formativas estruturadas e flexíveis, que fortaleçam o desenvolvimento profissional dos servidores e professores da rede, valorizem os profissionais que atuam nas escolas públicas do Espírito Santo e contribuam para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, em alinhamento às prioridades educacionais da Secretaria da Educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar o acesso à formação continuada dos profissionais da educação da rede estadual, promovendo oportunidades formativas que disponibilizem conhecimentos, práticas e referenciais voltados ao exercício qualificado da docência, em alinhamento aos princípios da educação pública capixaba.
- Atender a diferentes perfis profissionais (docentes, gestores e equipes técnicas), por meio de ofertas diversificadas e percursos formativos que dialoguem com as especificidades das funções e com os desafios dos contextos escolar e institucional.
- Promover a autonomia dos profissionais da educação na escolha de seus percursos formativos, com trilhas flexíveis e orientadas por intencionalidade pedagógica, favorecendo o planejamento do desenvolvimento profissional ao longo da carreira.
- Favorecer o aperfeiçoamento contínuo do trabalho docente e o aprimoramento das práticas pedagógicas e de gestão, com foco em metodologias inovadoras, abordagens contextualizadas e práticas alinhadas às demandas contemporâneas.
- Fortalecer a compreensão coletiva das políticas educacionais da rede estadual, favorecendo o alinhamento entre os profissionais da educação e os princípios que orientam a atuação pedagógica, bem como apoiando a implementação de programas e políticas institucionais.

- Ampliar a capacidade formativa dos profissionais do magistério que atuam como multiplicadores, reconhecendo seu papel estratégico na mediação dos processos de aprendizagem e na construção de comunidades pedagógicas colaborativas.
- Apoiar o desenvolvimento profissional dos professores das redes municipais, por meio de ações formativas em regime de colaboração, especialmente no âmbito do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes).
- Fomentar o aprimoramento da formação inicial docente, por meio do diálogo com as Instituições de Ensino Superior (IES) e da articulação de ações que aproximem os cursos de licenciatura das realidades escolares da rede pública estadual.

ORGANIZAÇÃO DOS BLOCOS FORMATIVOS NO SISTEMA DE GESTÃO DA FORMAÇÃO (SGF)

O Sistema de Gestão da Formação (SGF) foi reformulado para sustentar essa nova visão de desenvolvimento profissional, consolidando-se como central de acesso, acompanhamento e gestão do percurso formativo do cursista. Por meio do SGF, os profissionais passam a organizar e monitorar sua formação em três grandes blocos, detalhados no tópico a seguir:

- A Trilha de Desenvolvimento Profissional (específica para professores, recomposição, pedagogos e trio gestor),
- As Formações de Políticas Educacionais (conforme modalidades e programas), e
- Os Cursos Autoinstrucionais e de Aprofundamentos temáticos (MOOC).

Trilha de Desenvolvimento Profissional (TDP):

Formação Contínua e Estruturada

Em 2026, a formação continuada da Sedu-ES passa a ser organizada por Trilhas de Desenvolvimento Profissional (TDP), com percursos planejados, integrados e progressivos e com certificação anual de 120 horas. A mudança atende à principal solicitação dos profissionais da rede após pesquisa de escuta qualificada, realizada em 2025, e fortalece o desenvolvimento profissional contínuo, visando assegurar maior alinhamento às políticas da rede, evitando ações pontuais e desconectadas entre si. A proposta se apoia em seis princípios fundamentais:

- desenvolvimento contínuo;
- alinhamento com as políticas públicas;
- aprimoramento de competências específicas;
- avaliação e melhoria contínua;
- motivação/engajamento;
- e certificação anual.

As trilhas constituem percursos estruturados de formação continuada, organizados de forma progressiva e alinhados às prioridades educacionais da Secretaria da Educação. Para 2026, serão ofertadas trilhas formativas específicas para professores, gestores (trio gestor) e pedagogos, com foco também na recomposição das aprendizagens, especialmente para docentes de língua portuguesa e matemática. As trilhas consideram as atribuições, os contextos de atuação e as necessidades formativas de cada perfil profissional, assegurando coerência, intencionalidade pedagógica e desenvolvimento contínuo ao longo da trajetória profissional.

O arranjo dessas trilhas formativas é desenhado para respeitar a jornada de trabalho do servidor e integrar o estudo ao tempo institucional de planejamento, considerando a carga horária de cada servidor e tipologia de escola. Essa distribuição garante a sustentabilidade da política de formação, evitando o afastamento de profissionais da sala de aula para fins de capacitação e promovendo a formação em serviço.

As inscrições para as Trilhas Formativas de 2026 deverão ser realizadas por meio do Sistema de Gestão da Formação (SGF) e estarão abertas a partir de 5 de março de 2026. Após concluir a inscrição, o cursista passará por um processo de análise, no qual poderá ter sua participação deferida ou indeferida. Uma vez deferida a inscrição, o participante será inserido na sala correspondente do curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), onde terá acesso aos conteúdos e às atividades da formação. A inclusão dos cursistas no AVA ocorrerá de forma contínua ao longo do ano, por meio de ciclos semanais de migração realizados sempre às segundas-feiras. Isso significa que, após o deferimento da inscrição, o participante poderá levar até uma semana para ser inserido na sala virtual do curso. Ressalta-se que a última migração de cursistas para as salas das Trilhas Formativas está prevista para o dia 19 de outubro de 2026.

A certificação anual será concedida exclusivamente aos cursistas que cumprirem todos os requisitos da formação. Para isso, é necessário concluir integralmente os módulos e tópicos que compõem o percurso formativo e atingir, no mínimo, 70 pontos nas atividades avaliativas, em um total de 100 pontos possíveis. O atendimento a esses critérios garantirá a certificação correspondente à carga horária total de 120 horas. Caso o cursista não conclua todo o percurso anual, mas participe e finalize módulos específicos, poderá ser emitida uma declaração de conclusão por módulo, conforme a participação e os critérios estabelecidos. Os certificados serão disponibilizados no Portal do Servidor em até 90 dias após o encerramento oficial da formação.

A trilha voltada **aos docentes** em 2026 – Trilha de Desenvolvimento Profissional Docente (TDPD) – é composta por 120 horas totais, integrando formação teórico-prática e a Formação dos Profissionais do Magistério (FPM). A estrutura é dividida em três grandes tópicos que abordam as lacunas de aprendizagem identificadas em diagnósticos de rede e as novas exigências curriculares.

A trilha organiza-se em três tópicos formativos, estruturados de forma progressiva e articulada:

Tópico 1: Planejamento, Currículo e Avaliação

Esse tópico tem como foco o fortalecimento do planejamento pedagógico articulado ao currículo da rede, considerando a intencionalidade das práticas docentes e a avaliação como instrumento orientador do processo de ensino e aprendizagem. Busca consolidar a integração entre planejamento, desenvolvimento curricular e análise de resultados, promovendo maior coerência e efetividade nas ações pedagógicas.

Tópico 2: Inovação Didático-Pedagógica

Esse tópico aborda a implementação de práticas didático-pedagógicas inovadoras, com ênfase em metodologias ativas, estratégias diversificadas de ensino e uso intencional de recursos pedagógicos e tecnológicos. O objetivo é potencializar o engajamento dos estudantes e qualificar as experiências de aprendizagem, alinhando inovação, currículo e desenvolvimento de competências ao longo do ano letivo.

Tópico 3: Equidade e Inclusão

Esse tópico compreende a promoção da equidade e da inclusão como princípios estruturantes da prática pedagógica. Propõe o desenvolvimento de estratégias que assegurem o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, considerando suas especificidades e contextos. Enfatiza a avaliação e o acompanhamento contínuo como instrumentos para a tomada de decisão pedagógica orientada pela justiça educacional e pelo direito à aprendizagem.

A Trilha de Desenvolvimento Profissional Docente (TDPD) possui oferta anual, com inscrições realizadas no Sistema de Gestão da Formação (SGF), e contempla certificação anual. O público-alvo dessa trilha são os professores de todos os componentes curriculares, **exceto matemática e língua portuguesa**, que possuem trilhas próprias, específicas para a Política Estadual de Recomposição das Aprendizagens detalhadas no próximo tópico.

A Formação dos Profissionais do Magistério (FPM), prevista no calendário letivo, integra a Trilha Formativa do Professor e constitui-se como espaço formativo presencial, colaborativo e articulado aos tópicos da trilha.

Cada ação da FPM aborda, como temática central, os tópicos formativos definidos na trilha, assegurando coerência entre a política de formação continuada e as práticas desenvolvidas nas unidades escolares.

A organização da FPM envolve a atuação articulada das seguintes instâncias:

- **CEFOPE:** responsável pela definição das temáticas da formação, em alinhamento com a Trilha Formativa, bem como pela elaboração do roteiro e do planejamento formativo.
- **Superintendências Regionais de Educação (SRE):** responsáveis pela formação e orientação das equipes pedagógicas, conforme diretrizes e orientações do Cefope.
- **Coordenação Pedagógica da Escola (CPs):** responsável por conduzir a formação no âmbito da escola, a partir das orientações da Superintendência Regional de Educação.
- **Professores:** participam da formação por meio da aprendizagem entre pares, em encontros presenciais realizados nas escolas, conduzidos pela Coordenação Pedagógica, promovendo a reflexão coletiva, a troca de experiências e a aplicação prática dos conteúdos formativos.

As três FPMs estão previstas em calendário do ano letivo de 2026, conforme quadro abaixo:

FPM	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Área de Ciências da Natureza e Matemática e suas Tecnologias	Área de Linguagens e suas Tecnologias	Tema central Atividade teórico-prática
1ª FPM	24 de março	25 de março	26 de março	Planejamento, Currículo e Avaliação
2ª FPM	23 de junho	24 de junho	25 de junho	Inovação Didático-Pedagógica
3ª FPM	22 de setembro	23 de setembro	24 de setembro	Equidade e Inclusão

Quadro: Calendário das FPMs por área de conhecimento e tema central (2026).

A FPM está organizada para ocorrer simultaneamente à Jornada de Planejamento Pedagógico (JPP), reafirmando que o planejamento, em si, constitui um ato formativo. Ao fortalecer a dimensão coletiva da formação continuada, valoriza os saberes construídos na prática docente e favorece a consolidação, no cotidiano escolar, dos temas trabalhados na Trilha de Desenvolvimento Profissional Docente (TDPD). Esse arranjo assegura a capilarização da formação e promove a articulação entre as discussões teóricas desenvolvidas no Moodle e sua aplicação na prática colaborativa da unidade escolar.

Trilha de Desenvolvimento Profissional da Recomposição das Aprendizagens (TDPRA)

Como uma das dimensões da Política Estadual de Recomposição das Aprendizagens, **a Trilha de Desenvolvimento Profissional da Recomposição das Aprendizagens (TDPRA)** integra a política de formação continuada da Secretaria da Educação e destina-se, de forma específica, aos **professores de matemática e língua portuguesa**, em consonância com o Pacto Nacional de Recomposição das Aprendizagens, foco estratégico da rede estadual para 2026.

Essa trilha tem como finalidade implementar uma estratégia sistêmica de recuperação e aceleração das aprendizagens, reconhecendo que a recomposição não se limita à retomada de conteúdos, mas se constitui como um processo intencional de superação de defasagens, por meio do fortalecimento de habilidades estruturantes que não foram plenamente consolidadas ao longo da trajetória escolar dos estudantes.

A recomposição das aprendizagens é compreendida como o alicerce de uma construção educacional que necessita de ajustes: antes de avançar para novos conhecimentos, é fundamental identificar fragilidades na base e reforçar essas estruturas essenciais, garantindo a progressão, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes.

Conforme fluxo explicado no tópico anterior, as formações da TDPRA (matemática e língua portuguesa) também terão inscrições realizadas no Sistema de Gestão da Formação (SGF) e certificação anual de 120 horas. A carga horária observa o disposto na legislação vigente, respeitando um terço da carga horária destinada ao planejamento docente.

Considerada como parte da política estratégica da Secretaria da Educação para o ano de 2026, a Trilha Formativa de Recomposição das Aprendizagens de matemática e língua portuguesa será organizada, portanto, em uma única formação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), mais os encontros formativos presenciais e nos dias de planejamento. Tendo em vista a articulação com as rotinas pedagógicas escolares e o currículo da rede estadual, a TDPRA foi estruturada de forma progressiva e alinhada às necessidades específicas de recomposição em três tópicos, abaixo descritos:

Tópico 1: Intencionalidade Pedagógica e Análise das Avaliações como Estratégias para a Recomposição das Aprendizagens

Esse tópico tem como foco a apropriação dos fundamentos pedagógicos do currículo da rede, com ênfase nas orientações curriculares de língua portuguesa e matemática, do 5º ano do ensino fundamental à 3ª série do ensino médio, para o ano de 2026.

Tópico 2: Práticas Didático-Pedagógicas Inovadoras na Recomposição das Aprendizagens

Esse tópico aborda a aplicação prática do ensino, tendo as Rotinas Pedagógicas Escolares (RPE) como eixo estruturante das ações em sala de aula.

Tópico 3: Monitoramento das Aprendizagens para Práticas Pedagógicas Inclusivas e orientadas para a Equidade

Esse tópico compreende a avaliação como pilar estruturante do processo de recomposição das aprendizagens, superando a lógica classificatória e assumindo uma função formativa, diagnóstica e orientadora da prática docente.

Dado o foco estratégico definido pela Secretaria de Estado da Educação que é a Política Estadual de Recomposição das Aprendizagens, com a finalidade de orientar os cursistas, alinhar as expectativas de aprendizagem, definir os papéis dos atores e perfis de atuação esperados, foi elaborado um Guia Formativo para a Recomposição das Aprendizagens, específico para essa trilha, disponível no AVA do curso.

A Formação dos Profissionais do Magistério (FPM) para a Trilha de Recomposição das Aprendizagens seguirá as datas previstas em calendário escolar, conforme cada área de conhecimento, mas contará com formadores direcionando reflexões teórico-práticas, tendo em vista a compreensão de descritores, metodologias e estratégias específicas dos componentes curriculares de língua portuguesa e matemática, com foco na Política Estadual de Recomposição das Aprendizagens da rede.

Trilha de Desenvolvimento Profissional para Gestores (Diretor, CP e CASF)

A **Trilha de Desenvolvimento Profissional para Gestores (TDPG)** é destinada ao trio gestor da escola, sendo os **Diretores, Coordenadores Pedagógicos (CP) e Coordenadores Administrativos, de Secretaria e Financeiro (CASF)**. Integra a política de formação continuada da rede com vistas ao fortalecimento das competências de liderança, gestão pedagógica e gestão administrativa, considerando o papel estratégico dos gestores escolares na promoção da aprendizagem, na garantia da equidade e na implementação das políticas educacionais da Secretaria da Educação. Para o fortalecimento da dimensão prática dessa trilha, haverá a realização de oficinas formativas síncronas, mediadas por formadores contratados, com foco na ação-reflexão-ação dos conhecimentos, na análise de situações reais do contexto escolar e no fortalecimento da atuação do gestor no cotidiano da unidade escolar. As informações sobre datas e horários dos encontros, mediadores e detalhamento dessas oficinas serão disponibilizadas no AVA ao longo do curso.

A carga horária da trilha observa o disposto na legislação vigente, respeitando as atribuições e a carga horária dos gestores escolares. Para o ano de 2026, a Trilha Formativa do Gestor será organizada em tópicos formativos estruturados de forma progressiva e articulada, com momentos teóricos e práticos.

Tópico 1: Gestão Integrada e Liderança Compartilhada

Com foco no fortalecimento da gestão escolar integrada e colaborativa, aborda: o papel do trio gestor e a gestão compartilhada; a atuação e o fortalecimento do Conselho de Escola; o planejamento estratégico da unidade escolar; a comunicação interna, o engajamento das equipes e a cultura de feedback; a comunicação externa e o relacionamento com a comunidade escolar; a gestão orientada pela equidade e pela inclusão; a gestão de pessoas e o desenvolvimento de uma cultura de feedback contínuo.

Tópico 2: Gestão para a Aprendizagem

Direcionado ao fortalecimento do gestor como líder pedagógico e propulsor da aprendizagem, contempla: teorias da aprendizagem; fatores ambientais, sociais e individuais que interferem na aprendizagem; contribuições da neurociência para os processos de ensino e aprendizagem; papel do gestor como agente impulsionador da aprendizagem; práticas pedagógicas inclusivas e orientadas para a equidade; gestão pedagógica alinhada às políticas de currículo e avaliação.

Para essa trilha, a Formação dos Profissionais do Magistério (FPM), prevista em calendário escolar para o ano de 2026, será o momento de articulação pedagógica e análise didática entre gestores e professores como estratégia de fortalecimento da prática docente nas escolas para colaborar com a melhoria dos resultados de aprendizagem.

A **Trilha de Desenvolvimento Profissional para Pedagogos (TDPP)** integra a política de formação continuada da rede e destina-se ao fortalecimento da atuação pedagógica, considerando o papel do pedagogo na articulação entre currículo, planejamento, avaliação e acompanhamento das práticas docentes, em alinhamento às diretrizes curriculares e às políticas educacionais da Secretaria da Educação.

A trilha possui oferta anual, com inscrições realizadas no Sistema de Gestão da Formação (SGF), e contempla certificação anual de 120 horas, acompanhada de declaração de conclusão por módulo, conforme a participação e o cumprimento da carga horária prevista.

A carga horária da trilha observa o disposto na legislação vigente, respeitando a carga horária semanal do pedagogo e a organização do trabalho pedagógico. Para o ano de 2026, a Trilha Formativa do Pedagogo será estruturada em três tópicos formativos, organizados de forma progressiva e articulada. Para essa trilha, a Formação dos Profissionais do Magistério (FPM), prevista em calendário escolar, será o momento de articulação pedagógica e análise didática entre pedagogo e professores como estratégia de fortalecimento da prática docente nas escolas.

Tópico 1: Currículo e Planejamento

Com foco na qualificação do planejamento pedagógico e no alinhamento curricular, contempla: teorias da aprendizagem e contribuições das neurociências para o planejamento intencional; fundamentos legais e pedagógicos do currículo e da recomposição das aprendizagens; habilidades estruturantes e matriz curricular priorizada; planejamento pedagógico intencional; formação docente e acompanhamento; gestão pedagógica alinhada às políticas curriculares.

Tópico 2: Gestão Pedagógica para Aprendizagem

Voltado ao fortalecimento do uso pedagógico da avaliação e dos indicadores educacionais, aborda: o papel do gestor pedagógico como facilitador da aprendizagem; os conceitos e principais tipos de indicadores educacionais; os sistemas e programas e sua contribuição para o diagnóstico, acompanhamento e melhoria dos indicadores; a avaliação como pilar da recomposição das aprendizagens; o uso pedagógico dos indicadores para a melhoria da aprendizagem.

Tópico 3: Práticas Pedagógicas, Mediação e Monitoramento da Aprendizagem

Direcionado ao fortalecimento das práticas de mediação e acompanhamento pedagógico, contempla: princípios da mediação pedagógica; elaboração de planos de intervenção e tutoria; instrumentos de monitoramento; uso de tecnologias e inovação pedagógica; práticas pedagógicas e gestão do processo de ensino e aprendizagem voltadas à inclusão e à equidade.

Durante a Formação dos Profissionais do Magistério (FPM), prevista em calendário escolar para o ano letivo de 2026, os pedagogos atuarão de forma articulada com a Coordenação Pedagógica (CP) da escola, auxiliando na condução das formações presenciais realizadas no âmbito da unidade escolar.

As **Formações para Políticas Educacionais (FPE)** integram a política de formação continuada da rede e destinam-se ao aprofundamento de conhecimentos relacionados a programas e políticas educacionais institucionais, considerando as especificidades, os públicos-alvo e as modalidades de ensino da rede.

As FPE são planejadas para atender demandas formativas específicas e estratégicas da Secretaria da Educação, contemplando, entre outras, temáticas relacionadas a tempo integral, Escola do Futuro, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e demais programas e políticas em implementação. Sua oferta considera o calendário letivo e as necessidades da rede escolar, de modo a assegurar condições adequadas para a participação dos profissionais e a efetividade do processo formativo.

Essas formações caracterizam-se por possuir período específico de inscrição, divulgado previamente, seguido de processo de análise das inscrições, com deferimento ou indeferimento, conforme critérios definidos em cada oferta formativa.

A realização das FPE ocorre em períodos determinados, previamente estabelecidos para o desenvolvimento e a conclusão do curso, de acordo com as necessidades dos programas, ações e modalidades específicas da política da rede estadual.

A carga horária das FPE varia conforme os objetivos formativos e a complexidade da temática abordada, podendo envolver diferentes modalidades e estratégias formativas, consoante a natureza da política ou do programa abrangida pelo curso.

As informações referentes às ofertas das FPEs, incluindo público-alvo, período de inscrição, carga horária, cronograma e critérios de participação, serão amplamente divulgadas nos canais institucionais da Secretaria da Educação e do Cefope, como o site oficial e o perfil institucional no Instagram, assegurando transparência e amplo acesso às oportunidades formativas.

As FPE cumprem papel estratégico na política de formação continuada da rede, ao apoiar a implementação qualificada das políticas educacionais, fortalecer a atuação profissional nos diferentes contextos escolares e garantir alinhamento entre formação, prática e diretrizes institucionais.

As formações na modalidade **MOOC (Massive Open Online Courses - Cursos On-line, Abertos e Massivos)** integram a política de formação continuada da rede como uma estratégia de ampliação do acesso, flexibilização dos percursos formativos e promoção da aprendizagem em temáticas diversificadas. Trata-se de cursos totalmente on-line, que podem ser realizados de forma autônoma, respeitando o ritmo, o tempo e a disponibilidade de cada profissional da educação.

Os cursos MOOC configuram-se como uma importante estratégia de inclusão formativa, uma vez que possibilitam o acesso à formação a partir de qualquer local e em diferentes contextos, contribuindo para a democratização do conhecimento e o fortalecimento do desenvolvimento profissional. Ainda, esta modalidade permite a autocertificação, bem como o aprofundamento ou compreensão de temáticas de interesse mais específico do profissional de educação da rede.

Além disso, os cursos ofertados nessa modalidade permitem fortalecer o regime de colaboração do estado com municípios ao proporcionar ofertas formativas direcionadas para esse público em específico.

AValiação E Certificação

A avaliação e o monitoramento das ações formativas terão caráter processual e formativo, com a finalidade de acompanhar a participação dos profissionais, qualificar a implementação das trilhas e produzir evidências para o aprimoramento contínuo da política de formação.

A formação será acompanhada por processos de avaliação que considerem:

- **participação e permanência**, com registro de acesso, engajamento e frequência nas atividades propostas;
- **conclusão dos percursos**, com verificação do cumprimento das etapas, carga horária e critérios de certificação;
- **avaliação da formação pelos participantes**, por meio de instrumentos de feedback sobre conteúdos, mediação, aplicabilidade e organização;
- **impacto percebido na prática profissional**, com foco na incorporação das aprendizagens ao planejamento e às rotinas de trabalho, bem como em mudanças observáveis no contexto de atuação.

Os resultados obtidos subsidiarão a tomada de decisão, a revisão de estratégias, a reorientação de conteúdos e o aperfeiçoamento contínuo das trilhas formativas, assegurando sua pertinência, efetividade e alinhamento às prioridades da rede.

A certificação dos participantes observará critérios definidos pelo Centro de Formação dos Profissionais da Educação (Cefope), em consonância com a regulamentação vigente e com a organização pedagógica de cada trilha, considerando:

- **carga horária** prevista e devidamente **cumprida**;
- **participação e realização das atividades propostas**, conforme orientações e prazos estabelecidos;
- **atendimento aos objetivos formativos**, evidenciado pelos produtos, registros e/ou avaliações previstos no percurso.

As Trilhas Formativas integram a **trajetória de desenvolvimento profissional** dos servidores da rede, contribuindo para o fortalecimento das competências requeridas ao exercício do cargo e para a qualificação das práticas institucionais.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Na compreensão de que a Formação Continuada é a chave que abre portas para novas oportunidades de conhecimento, tendo em vista o desenvolvimento pessoal e profissional, esta Diretriz Operacional apresenta as principais considerações para organizar a formação em 2026, sendo passível de revisões, conforme as avaliações e devolutivas dos participantes, bem como as demandas emergentes da rede, em alinhamento às orientações, políticas e programas da Secretaria da Educação. Reafirma-se, assim, o compromisso institucional dessa instituição com uma política de formação continuada coerente, efetiva e de qualidade, orientada pela melhoria permanente do trabalho pedagógico e da gestão educacional. E, desse modo, colaborar para resultados de aprendizagem que promovam oportunidades reais aos nossos profissionais e estudantes.

Para acompanhamento das ações formativas, inscrições, certificações e demais informações, os cursistas deverão acessar o site do **CEFOPE**:

- <https://formacoes.sedu.es.gov.br/>

Informações institucionais, políticas e programas educacionais estão disponíveis no portal da **Sedu**:

- <https://sedu.es.gov.br/>

O gerenciamento das inscrições, histórico e registros funcionais deverá ser realizado por meio do **Sistema de Gestão de Formações (SGF)**:

- <https://sgf.sedu.es.gov.br/app/home>

Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos adicionais, os cursistas poderão entrar em contato pelo **e-mail**: correiocefope@sedu.es.gov.br ou pelos **telefones**: (27) 3636-7820 / (27) 3636-7825.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Educação. **Matriz de referência: para a prática docente dos profissionais do magistério da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo** [livro eletrônico]. Organizadores: Bianca Silva Santana; Carlos Jordan Lapa Alves; Karoliny Mendes da Costa; Marcelo Lema Del Rio Martins; Vitor Amorim de Angelo. Vitória, ES: SEPLA/CEFOPE/SEDU, 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Regimento comum das escolas da rede estadual de ensino do Estado do Espírito Santo**. Vitória: SEDU, 2010. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Regimento_sedu1-2.pdf. Acesso em: 13 jan. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Currículo : texto introdutório - ensino médio**. Vitória, ES: SEDU. 2000. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/media/sedu/pdf%20e%20arquivos/2-texto-introdutorio.pdf>. Acesso em: 16/11/2023.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente.** Lisboa: Educa, 2009.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia. Edição comemorativa.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação

Cefope 

